

Terras indígenas

“Com referência à reportagem ‘Decreto permite rever 153 áreas indígenas’, publicada em 20/1, o Capoib faz restrições às informações. Na interpretação de advogados que há anos trabalham com a legislação indigenista, podemos afirmar com segurança que 344

áreas serão revistas com o novo decreto, e não 153. Consideramos que o ministro Jobim faltou com o respeito aos povos indígenas ao pedir que continuemos nas áreas ‘caçando e pescando...’. Não há como ficarmos nas áreas com nossas terras sendo roubadas. A visão arcaica do ministro somente nos convence que nosso papel é continuar na luta pela garantia da nossa sobrevivência.”

Antonio Pessoa Gomes, da Comissão Executiva do Capoib — Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Brasília, DF)